

Açores lideram no consumo de drogas ilícitas e de sedativos sem prescrição médica

POR RUI LEITE MELO

Os Açores são a região do país com a mais elevada taxa de uso, por jovens com 18 anos de idade, de drogas ilícitas, onde se inserem também tranquilizantes e sedativos obtidos sem a necessária prescrição médica.

Esta é uma das conclusões do mais recente inquérito realizado no âmbito do Dia da Defesa Nacional, coordenado pelo investigador Vasco Calado, que abrangeu jovens de 18 anos em todo o país.

Os dados referem-se a 2024. O objectivo do levantamento agora divulgado é traçar um retrato geral do consumo destas substâncias e, por inerência, sublinhar a necessidade de serem criados estudos que possam explicar a fundo os resultados apurados.

Se os Açores se destacam pelo uso de drogas, com as ditas sintéticas a terem forte peso neste indicador negativo, a região do Alentejo destaca-se como líder no consumo de álcool e tabaco, com a agravante de ser nesta região do continente onde mais acontecem práticas de risco acrescido, como binge drinking e embriaguez severa. Em contrário, a Madeira e o Norte de Portugal apresentam as taxas mais baixas de consumo de álcool e tabaco. Já o Algarve regista o maior consumo de canábis por esta faixa etária, enquanto nos Açores há maior consumo de outras drogas ilícitas que não canábis.

O mesmo relatório concluiu que o uso combinado de substâncias, ou policonsumo, é mais frequente nas regiões do Alentejo e Algarve, ao passo que região Norte e as regiões autónomas apresentam valores mais baixos.

No que diz respeito às drogas ilícitas, um outro dado apurado no relatório indica que a canábis é a substância mais consumida em todas as regiões, sendo no Algarve que se registam os números mais altos deste consumo entre estes jovens objectos do estudo.

Já no que diz respeito às outras drogas ilícitas que não canábis, a Região Autónoma dos Açores regista as maiores prevalências de consumo. Embora a diferença em pontos percentuais para as outras regiões não seja muito acentuada, porque em causa estão valores de uma menor ordem de grandeza, proporcionalmente o consumo deste tipo de drogas ilícitas nos Açores chega a ser duas ou quase três vezes superior do que no total do país.

O consumo de tranquilizantes/sedativos sem prescrição médica é mais elevado na Região Autónoma dos Açores, sendo que as restantes regiões registam prevalências aproximadas entre si e do total nacional. Embora, entre os jovens de 18 anos, o consumo não prescrito deste tipo de medicamentos se tenha mantido estável ao longo dos anos, com pequenas flutuações de uma edição para outra, os resultados agora obtidos apontam para uma tendência de descida, sendo que todas as regiões o consumo é hoje menos prevalente: em algumas regiões registaram-se em 2024 os valores mais baixos desde que o estudo teve início, noutras não é bem assim, mas registam dos valores baixos desde 2015.

Positiva é a conclusão dos resultados agora obtidos confirmarem a descida dos comportamentos aditivos entre os jovens



de 18 anos e a estabilização dos problemas decorrentes destes. Seja qual for a região, entre 2023 e 2024, verificaram-se descidas na grande maioria dos indicadores, o que se traduz num claro desagravamento a nível nacional e regional. No entanto, continua a verificar-se uma divagem entre Portugal Continental e as Regiões Autónomas, não só no que se refere ao perfil sócio demográfico dos inquiridos (com menores qualificações académicas), mas também nas prevalências obtidas. Ainda assim, num conjunto de indicadores, fruto da evolução registada entre 2023 e 2024, Açores e Madeira registam uma tendência de aproximação face ao total nacional, reduzindo a discrepância face ao conjunto do país.

A merecer resposta é saber por que razão os jovens desta ou daquela região têm mais ou menos comportamentos aditivos a determinadas substâncias.

Açores: Um retrato numérico a preto

O estudo em análise, editado pelo ICAD, I.P. - Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências, I.P. em Abril de 2025 analisa a exaustivamente a incidência da dependência na Região Autónoma dos Açores.

Um primeiro exemplo: a prevalência de consumo diário ou quase diário nos últimos 30 dias, entre consumidores actuais, em 2024: álcool 1,7%; tabaco 37,9%; canábis 26,0%; Tranquilizantes/sedativos não prescritos 21,5%.

No indicador de prevalência de consumo ao longo da vida, os números são: bebidas alcoólicas 73,9%; tabaco 49,8%; substâncias ilícitas 21,1%; tranquilizantes/sedativos não prescritos 8,5%.

Nos Açores, a prevalência de consumo de substâncias ilícitas ao longo da vida, por tipo de substância foi a seguinte: canábis 24,1%; anfetaminas e metanfetaminas 7,5%; alucinogénios 5%; cocaína 5,3% e heroína e opiáceos 4,7%.

Ainda que, à semelhança da edição anterior do estudo, os valores tenham descido face ao ano precedente, em todas as regiões do país a grande maioria dos jovens de 18 anos consumiu uma ou mais bebidas no último ano. No entanto, o panorama varia consideravelmente de região para região, sendo as prevalências de consumo recente mais elevadas no Alentejo (83%), bem acima do total nacional, e menos na Madeira (69%), nos Açores (70%) e no Norte (70%).

A canábis é, de longe, a droga ilícita mais consumida em todas as regiões do país. No que respeita ao consumo nos últimos 12 meses de substâncias ilícitas que não canábis, verifica-se que é na Região Autónoma dos Açores que as prevalências são mais elevadas, sendo a diferença proporcionalmente mais acentuada no caso do consumo recente de cocaína e heroína (entre o dobro e quase o triplo do total nacional).

O consumo de tranquilizantes /sedativos sem indicação médica por parte dos jovens de 18 anos é algo sem grande expressão em todas as regiões do país. A maior prevalência de consumo não prescrito deste tipo de medicamentos nos últimos 12 meses regista-se na Região Autónoma dos Açores (7%).

Analisando os valores apenas relativos aos 12 meses de 2024, estes indicam que na Região, o consumo de bebidas alcoólicas foi de 70,1%, o de tabaco foi de 42,1% e o de substâncias ilícitas atingiu os 21,7%. O uso de tranquilizantes e sedativos ficou-se pelos 6,8%.

Consequências pessoais e sociais

Ainda que nos últimos anos a tendência nacional aponte para um claro crescimento, seja em que região for, a maioria dos jovens de 18 anos declaram não ter experienciado nos 12 meses anteriores à inquirição quaisquer problemas decorrentes do consumo de álcool e de drogas ilícitas.

Mas quando a análise se faz em função do tipo de comportamento aditivo que está associado à experiência de problemas, verifica-se que o consumo de álcool está mais associado à experiência de problemas, principalmente no Alentejo (35%). Os problemas associados ao uso de drogas ilícitas têm maior expressão na Região Autónoma dos Açores (22%) e menos no Centro (14%).

Quer isto dizer que, no plano regional, a maior discrepância se regista no que diz respeito aos problemas decorrentes do consumo de drogas ilícitas.

Por outro lado, verifica-se uma equivalência no caso do álcool que não se verifica no caso das drogas ilícitas. Isto é, entre os jovens de 18 anos, o Alentejo destaca-se por um maior consumo de álcool e por uma maior prevalência de comportamentos de risco acrescido, pelo que não é de estranhar que seja nesta região que a experiência de problemas decorrentes da ingestão de bebidas alcoólicas tenha maior expressão. Mas o Algarve, que é a região com o maior nível de uso de drogas ilícitas, não é onde os pro-

blemas decorrentes deste tipo de consumo são mais prevalentes, indicador em que a Região Autónoma dos Açores se destaca.

Analisando a dimensão problemática em função dos problemas concretos, verifica-se que na maior parte das regiões, seja qual for o comportamento aditivo associado, o mal-estar emocional (desmotivação, tristeza, insatisfação, solidão, ansiedade) é o tipo de problemas mais experienciado nos 12 meses anteriores à inquirição.

Nos Açores, os problemas relacionados com comportamentos aditivos (em 2024) têm maior expressão no consumo de álcool (32,9%) e nas drogas ilícitas (22,2%). Estes referem-se principalmente no rendimento escolar e/ou laboral, recurso a assistência médica, comportamentos em casa, problemas financeiros, actos de violência ou conduta desordeira, relações sexuais sem preservativo, e mal-estar emocional.

Nos últimos anos, as várias edições do presente estudo têm vindo a demonstrar que os problemas relacionados com a ingestão de bebidas alcoólicas, com o consumo de substâncias estão a tornar-se mais prevalentes entre os jovens de 18 anos. Em 2024, contudo, assiste-se a uma inversão desta tendência no conjunto do país, ao decrescer (no caso do álcool) ou a registar uma alteração residual dos valores (no caso das drogas).

A nível nacional, entre 2023 e 2024, a percentagem de inquiridos que declararam ter experienciado nos últimos 12 meses problemas decorrentes do consumo de álcool diminuiu muito ligeiramente (-1 ponto percentual). Todas as regiões acompanham a tendência de descida, excepto o Algarve, onde se verificou uma subida muito residual, em contrariedade com as restantes regiões. Em contrapartida, no Norte verificou-se o maior decréscimo (-4pp.)

Já no que diz respeito aos problemas relacionados com o consumo de drogas ilícitas, o panorama regional é muito variável: enquanto em Lisboa os valores não se alteraram entre 2023 e 2024, a percentagem de jovens de 18 anos que declararam ter experienciado recentemente problemas decorrentes do uso de drogas ilícitas subiu no Alentejo, Algarve, Madeira e Norte e desceu no Centro e na Região Autónoma dos Açores.

Conclusão do Estudo

Sobre o Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco, Drogas e outros Comportamentos Aditivos e Dependências, o mesmo concluiu que entre 2023 e 2024, a Região Autónoma dos Açores registou descidas em diversos dos indicadores analisados, o que traduz um claro desagravamento no que aos comportamentos aditivos entre os jovens de 18 anos diz respeito. Por outro lado, a descida das prevalências relativas à ingestão de bebidas alcoólicas foi inferior à verificada a nível nacional. Em sentido contrário, a descida registada nos Açores no que concerne ao consumo não prescrito de tranquilizantes/sedativos foi a mais acentuada do país, levando assim a uma tendência de convergência com o total nacional.

*jornal@diariodosacores.pt